ARTIGOS

CARNAVAL DE RUA NA REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO: QUEM PODE "VIRAR O MUNDO" E ONDE? UMA ABORDAGEM CRÍTICA DO FENÔMENO FESTIVO NO CONTEXTO DA CIDADE NEOLIBERAL

*Laurine Sézérat**

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar o paradoxo inerente à ocupação festiva de determinados espaços urbanos por grupos sociais privilegiados. Embora o fenômeno festivo seja comumente associado à alegria e à transgressão, sua análise não pode ser dissociada dos contextos sociais e espaciais nos quais se insere. O exemplo do Carnaval de rua na região portuária do Rio de Janeiro evidencia como a festa pode ser instrumentalizada para distinguir simbolicamente o território e atender aos objetivos de gentrificação da operação urbana Porto Maravilha. Assim, propõe-se uma abordagem crítica do fenômeno festivo no contexto urbano contemporâneo, ao considerar a festa na cidade como um espaço-tempo imerso nas lógicas de produção neoliberal do espaço.

Palavras-chave

Direito à Cidade; Desigualdade e Segregação Socioespacial; Justiça Espacial; Cidade Festiva; Carnaval de Rua; Região Portuária; Rio de Janeiro.

ARTICLES

STREET CARNIVAL IN THE PORT DISTRICT OF RIO DE JANEIRO: WHO CAN "TURN THE WORLD UPSIDE DOWN" AND WHERE? A CRITICAL APPROACH TO THE FESTIVE PHENOMENON IN THE CONTEXT OF THE NEOLIBERAL CITY

*Laurine Sézérat**

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, RJ, Brazil

Abstract

This article aims to analyze the paradox inherent in the festive use of certain urban spaces by privileged social groups. Although the festive phenomenon is commonly associated with joy and transgression, its analysis cannot be understood apart from the social and spatial contexts in which it takes place. The example of street Carnival in the port district of Rio de Janeiro demonstrates how this festivity can be instrumentalized to symbolically distinguish the territory and advance the gentrification objectives of the Porto Maravilha urban operation. Thus, the article proposes a critical approach to the festive phenomenon in the contemporary urban context by considering festivities in the city as a space-time embedded in the neoliberal logics of the production of space.

Keywords

Right to the City; Inequality and Sociospatial Segregation; Spatial Justice; Festive City; Street Carnival; Port Area; Rio de Janeiro.

CARNAVAL DE RUA NA REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO: QUEM PODE "VIRAR O MUNDO" E ONDE? UMA ABORDAGEM CRÍTICA DO FENÔMENO FESTIVO NO CONTEXTO DA CIDADE NEOLIBERAL

Laurine Sézérat

Introdução

Lançada em 2009, a operação urbana Porto Maravilha na região portuária do Rio de Janeiro visa "revitalizar" o território. Vinculada a processos de desvalorização e revalorização do espaço urbano, essa grande operação urbana pode ser associada a um projeto de gentrificação planejada, liderado ou apoiado por órgãos públicos (*state-led gentrification*) (López-Morales, 2019). De fato, políticas voluntaristas foram implementadas pelo município do Rio de Janeiro para tornar o território atrativo e substituir a população residente por outra mais abastada (Galiza, 2015; Ribeiro, 2016; Smith, 2003). Tais medidas tiveram consequências no setor fundiário, com a transição de um planejamento urbano regulatório para um derrogatório (Vainer, 2011),[1] e levaram a remoções (centenas de famílias foram deslocadas e privadas de seus direitos) (Ximenes; Sant'Anna, 2018). Além disso, essas políticas passaram a associar a produção urbana do perímetro da operação a dinâmicas financeiras cujas lógicas são estranhas à construção do bem coletivo da cidade (Giannella; Mian, 2019).

1. Administrada pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), companhia de economia mista substituída em 2022 pela Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPar), a operação exigiu a modificação do plano diretor da cidade e a criação de uma Área Especial de Interesse Urbanístico (AEIU). A AEIU abrange uma área de 500 hectares e abarca os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo (incluindo as favelas do Morro da Providência, Pinto, São Diogo e Pedra Lisa) e partes dos bairros Centro, Caju, São Cristóvão e Cidade Nova.

Embora o Porto Maravilha seja considerado a mais importante parceria público-privada do Brasil, diversos fatores (econômicos, políticos e financeiros) levaram à falta de interesse dos investidores privados na iniciativa, resultando em sua estagnação (Werneck; Novaes; Santos Junior, 2018). A maioria das torres recentemente construídas ainda está subutilizada ou mesmo desocupada. No entanto, o atraso na chegada de novas construções não impediu o desenvolvimento de atividades artísticas, culturais ou festivas na localidade. Pelo contrário, nos últimos dez anos, essas atividades não pararam de se intensificar na região do antigo porto do Rio (Mendes; Wanis; Cretton, 2019).

A cultura, a arte e a festa se tornaram meios para redefinir a dimensão social e simbólica da região portuária e promover sua influência nas escalas nacional e internacional. Além da construção de grandes museus de arte contemporânea (como o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio) e da realização de projetos de arte urbana (como o Museu de Arte Urbana do Porto, que reúne mais de 50 murais), eventos festivos e culturais são constantemente organizados em espaços fechados ou abertos, como o Carnaval de rua. A programação desses eventos é orientada pelo objetivo de atender aos valores e desejos culturais de potenciais "gentrificadores", ou seja, grupos com capital (social, simbólico ou econômico) elevado. Definida por Zukin como a "infraestrutura crítica" da gentrificação (Zukin, 1991), essa dinâmica contribui para negar, ou até apagar, o ambiente sociocultural local.

Mais precisamente, nos últimos anos, o Carnaval de rua cresceu muito na região portuária do Rio. Neste artigo, busco descrever as dinâmicas sociais e espaciais associadas a esse crescimento. Será analisado como esse fenômeno festivo se desenvolveu na região portuária tanto "de cima" quanto "de baixo", criando relações de dominação social e espacial entre a população que se beneficia da festa e a população local. Apesar de seu caráter festivo e marginal, em que medida o Carnaval de rua pode contribuir para o desenvolvimento de um espaço excludente? Meu objetivo é mostrar que não é o Carnaval de rua em si que cria dinâmicas de exclusão, mas o fato de que ele se configura e evolui como um espaço de sociabilidade pública (Souza, 2022; Simmel, 2006) influenciado pelas intenções e representações da produção do espaço que ocupa. Nesse sentido, considero o poder público como parte interessada nas dinâmicas que produzem a gentrificação e, seguindo Smith (2003), o Carnaval de rua como estratégia política.

Após descrever meu percurso metodológico, mostrarei como, de forma geral, a promoção do caráter festivo da cidade do Rio faz parte de uma estratégia política mais ampla que busca conformar a cidade ao modelo de "cidade internacional" (Berry-Chikhaoui; Deboulet; Roulleau-Berger, 2007). Em seguida, apresentarei brevemente a relação histórica do Carnaval de rua com os bairros centrais do Rio e sua

evolução desde o início dos anos 2000. Além da institucionalização do Carnaval de rua, sua expansão da Zona Sul para a região portuária foi incentivada pela vontade política de gentrificar o território, ao transformá-lo em um espaço cultural e festivo de referência na cidade. Depois, descreverei como a Prefeitura do Rio de Janeiro instrumentaliza o Carnaval de rua para seu poder de "posicionamento". Sejam oficiais ou não, os eventos carnavalescos são promovidos ou tolerados principalmente em função do capital simbólico, social e econômico do público que ocupa o espaço urbano. Assim, por fim, mostrarei como, na região portuária do Rio, essa instrumentalização da festa carnavalesca contribui para a produção de um espaço excludente onde se perpetuam relações sociais e espaciais de dominação.

1. Metodologia

Este artigo se inscreve na continuidade das reflexões desenvolvidas na minha tese de doutorado sobre as contestações de projetos de revitalização urbana (Sézérat, 2020). Reúne dados de campo coletados na região portuária do Rio de Janeiro entre 2015 e 2025, ou seja, uma década em que a cidade foi marcada por inúmeras crises (sociais, econômicas, políticas e sanitárias), evidenciando o caráter altamente arriscado e desigual do desenvolvimento da operação Porto Maravilha e, de modo geral, os mecanismos e limites da cidade neoliberal (Brenner; Marcuse; Mayer, 2009; Harvey, 1989).

A metodologia do artigo se baseia, em parte, em uma "participação observadora" (Soulé, 2007), na medida em que vivo na Zona Sul do Rio de Janeiro e participo como músico do Carnaval de rua desde 2013. Mais especificamente, como integrante de uma fanfarra carioca de 2014 a 2018, participei do movimento musical "neofanfarrista" do Rio de Janeiro, descrito por Snyder como "uma governança alternativa à cidade olímpica" (Snyder, 2022, p. 14, tradução nossa). Nos últimos anos, notei como os locais escolhidos pelos blocos de Carnaval que frequento se deslocaram aos poucos da Zona Sul da cidade para a região portuária. Fora do período carnavalesco, também observei como, para os moradores da Zona Sul, ir a um evento festivo ou cultural organizado na região portuária (num ambiente privado ou na rua) se tornou algo comum. Em outras palavras, vivenciei a apropriação progressiva do meu campo de tese, uma área considerada perigosa e abandonada, por um grupo social do qual eu mesmo faço parte.

Esse processo de objetivação (Bourdieu, 2003) teve início durante meu doutorado. Embora não fosse o objetivo principal da minha tese, diversas entrevistas realizadas no âmbito do meu trabalho de campo já haviam permitido evidenciar conflitos de uso do espaço durante o Carnaval de rua. Eu vivia esse paradoxo: por um lado, estudava por que e como os moradores da região portuária se opunham

à operação Porto Maravilha e mostrava que suas contestações se deviam principalmente ao fato de que esse projeto não era destinado a eles. Por outro lado, participava, ainda que indiretamente, dessa "revitalização" que eu denunciava. Portanto, não posso deixar de mencionar que, após a tese, a opção por trabalhar especificamente com as dinâmicas festivas e culturais na região portuária me obrigou a desenvolver uma reflexão crítica sobre minha própria posição na cidade. Fiz essa escolha durante a pandemia de covid-19, um momento em que as desigualdades existentes entre as pessoas estavam particularmente exacerbadas.

Em 2022, o Carnaval foi adiado para abril. No entanto, durante o período original das festividades, alguns blocos desfilaram nas ruas, principalmente na região portuária. A partir dessa constatação, realizei sete longas entrevistas com integrantes de diferentes blocos da Zona Sul e da região portuária. Esses membros tinham em comum o fato de fazerem parte do Carnaval de rua há mais de dez anos. Essas entrevistas, bem como os dados quantitativos sobre a evolução do movimento antes da pandemia apresentados na tese de doutorado de Alexandro Souza de Amico (2021), permitiram elaborar as hipóteses que estão no cerne deste artigo.

Entre 2023 e 2025, realizei um trabalho de observação da ocupação do espaço na região portuária durante o Carnaval (no que tange a modo de divulgação dos blocos, percursos dos cortejos, horários, públicos, gestão de resíduos, entre outros elementos). Registrei os blocos que estavam oficialmente programados, mas também tentei identificar aqueles sem autorização formal. Reconstruí a história de oito blocos e a evolução dos locais de seus desfiles por meio de dez entrevistas semiestruturadas com músicos e produtores culturais (sabendo que a maioria participa de vários blocos). Além disso, entrevistei diversos foliões de maneira mais espontânea na rua. Procurei entender como os membros dos blocos escolhem os locais onde desfilam, se conhecem a história ou a população da região portuária e se a frequentam fora do Carnaval. Também conversei com moradores e comerciantes locais sobre sua percepção da evolução do Carnaval de rua em seu bairro.

Além desse trabalho de campo, a metodologia se baseia na análise de diversas fontes documentais e acadêmicas, bem como de publicações recentes (artigos de jornal, perfis de Instagram de amigos, de blocos e aqueles dedicados a informações sobre o Carnaval – como @aboutcarnaval –, sobre a região portuária – como @zonaportuariarjalerta – ou de redes de mídia independente – como @midianinja). Todas as entrevistas e observações foram cuidadosamente transcritas e registradas em um diário de campo.

Em suma, ser músico, morar na Zona Sul e participar do Carnaval de rua foi uma vantagem inegável para conseguir observar "por dentro" meu objeto de

pesquisa e obter facilmente contatos e informações. No entanto, estou ciente de que esse "pertencimento ao meio" também representa um desafio em termos de objetividade. Assim, como é impossível negar minha própria posição, procurei, ao longo deste artigo, não atribuir significados que os dados não permitissem estabelecer ou simplesmente explicitar meu lugar de fala.

O presente trabalho faz parte do meu projeto de pesquisa atual sobre o fenômeno festivo no contexto urbano contemporâneo, abordado a partir de uma perspectiva crítica e interseccional (Collins, 2022), ao considerar as relações de poder estruturais na cidade. Mais especificamente, visa contribuir para o debate sobre a "revitalização" da região portuária no Rio de Janeiro e o movimento de "embranquecimento" do território, seja da sua população, da sua história, da sua memória, da sua cultura ou do seu Carnaval (Albinati, 2017; Borges, 2026; Santos et al., 2017; Sézérat, 2026a).

2. Rio de Janeiro, uma "cidade festiva"

No Rio de Janeiro, apesar das grandes diferenças entre os bairros, todos são caracterizados por uma intensa paisagem festiva. Há uma relação única entre a festa e a vida cotidiana na cidade, cuja normalização define o estilo de vida carioca. Além de uma programação local (com rodas, bandas e bailes), diversas grandes celebrações pontuam o calendário local, como o Réveillon, a Festa de São Jorge, as festas juninas e, claro, o Carnaval (Gonzalez, 2024).

O Carnaval dura cinco dias e suas datas, entre fevereiro e março, variam de um ano para o outro.[2] Mas, no Rio de Janeiro, há anos o Carnaval de rua se estende por vários meses, distanciando-se, dessa forma, das festas tradicionais associadas a um espaço-tempo definido. De dezembro a abril, os blocos desfilam pelas ruas (principalmente nas regiões do centro e da Zona Sul). Essa "carnavalização" intensiva se diferencia muito da celebração tradicional, que era "localizada" no tempo e no espaço. O Carnaval está agora imerso em uma dinâmica festiva com limites difusos. A cidade deixa de ser apenas o suporte de um grande evento festivo pontual: a cidade é festiva (Di Méo, 2001).

Para Gravari-Barbas (2009; 2011), a "cidade festiva" é um fenômeno contemporâneo ligado à passagem das políticas urbanas para o empreendedorismo urbano (Harvey, 1989). A virada neoliberal iniciada no final da década de 1970 tem uma grande influência no financiamento da cidade em termos de investimento

2. O Carnaval começa na sexta-feira anterior à Quarta-Feira de Cinzas e termina nesta última. Suas datas são determinadas pela Terça-Feira Gorda, que sempre ocorre 41 dias antes da Páscoa, cuja data é o primeiro domingo após a lua cheia depois do equinócio da primavera (21 de março).

(construção, reabilitação) e funcionamento (serviços, usos). A disseminação do neoliberalismo nas políticas urbanas induz novos espaços de regulação do capitalismo global e contribui para tornar a produção da cidade cada vez mais dependente dos princípios da concorrência e do mercado (Arantes; Vainer; Maricato, 2000; Brenner; Marcuse; Mayer, 2009). Nesse contexto, cada cidade busca se tornar a mais atraente, tentando reproduzir o modelo da "cidade internacional" (Berry-Chikhaoui; Deboulet; Roulleau-Berger, 2007), ao mesmo tempo que promove suas qualidades particulares. A organização de eventos e a construção de infraestruturas culturais e esportivas, a valorização do patrimônio ou a promoção internacional de uma identidade local são estratégias para oferecer experiências únicas e autênticas, criar uma imagem positiva do território e, assim, aumentar seu capital simbólico (Zukin, 1995). Consequentemente, ser uma "cidade festiva" capaz de acolher grandes eventos permite criar – e projetar, inclusive internacionalmente – uma identidade urbana extremamente positiva, dinâmica e atrativa.

Assim, veremos como a promoção do caráter festivo do Rio de Janeiro está ligada a um desejo político, que se reflete na forma de conceber e praticar a cidade. Além disso, Gravari-Barbas (2009) insiste no fato de que não podemos considerar a inscrição espacial da festa de forma uniforme. Na cidade, nem todos os espaços são iguais (Whitaker, 2022) e, obviamente, nem todos podem ser ocupados ou transformados da mesma forma pela festa. A análise dessa instrumentalização da festa pelas políticas urbanas exige levar em conta tanto os atores desse fenômeno (quem se beneficia da festa?) quanto os espaços onde ela ocorre (onde acontece a festa?). A ocupação festiva dos lugares pode, de fato, gerar conflitos, dependendo das suas histórias, memórias, funções ou dos grupos sociais ou comunitários que os ocupam. É preciso, portanto, entender essa "cidade festiva" no contexto da cidade do Rio de Janeiro e, mais precisamente, como o Carnaval de rua é hoje um dos fatores de requalificação de (determinados) espaços urbanos.

Na próxima parte, será apresentada a evolução espacial do Carnaval de rua, aliada à transformação dos bairros centrais do Rio. Analisarei como, mais recentemente, o Carnaval de rua cresceu e, principalmente na Zona Sul e na região central da cidade, tornou-se um megaevento "oficial" controlado pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

3. O Carnaval de rua carioca, uma antiga disputa em torno da ocupação dos bairros centrais do Rio

O Carnaval de rua no Rio de Janeiro é uma festa antiga. Suas origens remontam ao século XVI, com a tradição do entrudo, importado de Portugal pelos colonizadores. O Carnaval do Rio evoluiu principalmente a partir da segunda metade do

século XIX, com as Grandes Sociedades, corsos, banhos de mar à fantasia, cucumbis, cordões, ranchos e, no início do século XX, os blocos. O que hoje identificamos como o "Carnaval de rua carioca" é, portanto, resultado da evolução, ao longo dos últimos 150 anos, de diversas festividades carnavalescas (Soihet, 1998).

Originalmente, durante o Carnaval no centro do Rio, as populações pobres ocupavam as ruas, enquanto a burguesia preferia os bailes de máscaras. Mas, no contexto da *Belle Époque* tropical e da modernização urbana, a rua se tornou um espaço de sociabilidade, mais ordenado, cortês e "civilizado", onde era "bom de *flâner*" (Ferreira, 2004). A burguesia passou então a ocupar as ruas, promovendo o encontro entre os grupos sociais e tornando os espaços públicos do centro da cidade de lugares de competição entre as diferentes formas de festejar.

Para escapar da repressão da burguesia, os grupos carnavalescos populares buscavam constantemente novos espaços na cidade:

> A rua deixa de ser vista apenas como lugar de negros escravos, de pobres, moleques e prostitutas – que começam a perder o espaço que ocupavam no Rio de Janeiro colonial – e passa, paulatinamente, a servir de espaço de lazer para a burguesia. Aos poucos o Carnaval será considerado como uma festa da rua, da ocupação de espaços públicos. Um novo Carnaval para uma nova cidade. Não mais o Entrudo "grosseiro", mas o flanar mundano afrancesado. [...] Mas por mais que a ideologia da burguesia tente eliminar, ou "demonizar" o Carnaval popular, este buscará estratégias de sobrevivência, ocupando os espaços vazios deixados pelo Carnaval burguês. (Ferreira, 2013, p. 26-27)

O desejo de europeizar o Carnaval de rua foi reforçado a partir da segunda metade do século XIX, com o surgimento das Grandes Sociedades. Na rua, esses grupos de elite se diferenciavam do povo ao desfilar em carros alegóricos. Enquanto sociedades festivas e carnavalescas existiam na Europa para assegurar a perpetuação do Carnaval popular e suas tradições, no Rio de Janeiro a presença das Grandes Sociedades expressava um desejo de elitizar o Carnaval. Assim, os bailes e as Grandes Sociedades eram considerados pela elite como o "grande Carnaval", enquanto os eventos populares (como o Zé Pereira, os cucumbis, os cordões, os ranchos e os blocos) eram ditos como o "pequeno Carnaval" (Queiroz, 1999). Felipe Ferreira (2004) descreve como essa distinção social das manifestações carnavalescas se estabelecia espacialmente no centro do Rio.

> As ruas do centro do Rio de Janeiro foram atores importantes para a organização da folia nacional. Elas representaram não somente o palco preferencial das sociedades carnavalescas, ao estilo da elite,

> como também se estabeleceram como o espaço que iria permitir e incentivar o surgimento dos grupos carnavalescos populares. (Ferreira, 2004, p. 157)

Assim, desde seus primórdios, a ocupação da rua pelos eventos carnavalescos na região central da cidade reflete relações de poder entre grupos sociais, ou ainda relações de distinção entre sociabilidades burguesas e populares. Os espaços públicos são abertos a todos, mas sua ocupação induz processos de coexistência espacial que sempre se organizam em função dos limites da ordem social estabelecida (Korosec-Serfaty, 1988). Neles, a sociabilidade entre os grupos sociais é essencialmente uma sociabilidade de convivência, determinada pelo domínio de normas e códigos de conduta que podem ser ferramentas de inclusão ou de exclusão (Souza, 2022). Por conseguinte, por ser um espaço de sociabilidade pública, o Carnaval de rua reproduz essas relações entre os grupos sociais e pode se tornar um "espaço público" (no sentido habermasiano) de expressão de um poder, seja de forma explícita ou implícita.

Desse modo, no Rio de Janeiro, as "estratégias de sobrevivência" do Carnaval de rua popular se expressavam por meio da ocupação de novos espaços na cidade, descrevendo uma recusa de submissão ou internalização da dominação, em vez de uma inversão de posições sociais. Nesse sentido, podemos dizer que, desde seu surgimento no Rio, o Carnaval de rua popular participa da criação de formas concorrentes de poder no espaço urbano, comparáveis ao que Scott (2009, p. 25) define como "práticas do infrapolítico" que se inserem no "domínio discreto da luta política".

Ao longo do século XX, o Carnaval de rua no Rio de Janeiro se afirmou a ponto de se tornar a festa emblemática da cidade, além de um rito festivo muito importante para os cariocas (Cavalcanti, 2015; DaMatta, 1979; Turner, 1990). Contudo, o evento não pode ser analisado sem levar em conta os diferentes grupos que disputam a ocupação da rua durante as festividades. Embora seja considerado uma festa democrática, em que "a inversão carnavalesca brasileira se situa como um princípio que suspende temporariamente a classificação precisa das coisas, pessoas, gestos, categorias e grupos no espaço social" (DaMatta, 1979, p. 132), o Carnaval de rua continua refletindo espacialmente as estruturas sociais. Ou seja, as diversas manifestações carnavalescas se revelam mais ou menos rebeldes, politizadas, simbólicas, casuais ou provocativas também em função do local onde se estabelecem.

4. A oficialização do Carnaval de rua a serviço da estratégia urbana

O Carnaval de rua no Rio sofreu repressão e censura durante a ditadura, de 1964 até meados da década de 1980. Seu retorno,[3] principalmente na região central e na Zona Sul da cidade, ocorreu a partir da década de 1990, na esteira de diversos processos de reabertura política (Sapia; Estevão, 2012). Para Amico (2021, p. 125), o movimento de retomada das festividades nessa região privilegiada da cidade traz "consigo novos atores, novas dinâmicas, maior politização dos blocos e grande complexidade para analisar a sua relação com o espaço urbano". A partir dos anos 2000, houve uma verdadeira explosão do Carnaval de rua. A década marcou o início de uma nova era, com novos blocos (e seus repertórios, estéticas e formações) e a criação de oficinas que contribuíram decisivamente para a formação de novos músicos. O aumento significativo do número de blocos levou a "uma expansão temporal (o Carnaval se torna uma festa praticamente de veraneio) e espacial da festa (a sensação para muitos que não apreciam o Carnaval – especialmente o de rua – é de que a cidade está quase "sitiada" pelos foliões)" (Herschmann; Fernandes, 2014, p. 77).

Dado o seu tamanho, o Carnaval de rua na Zona Sul e na região central da cidade rapidamente se tornou um vetor de atração turística com potencial significativo de desenvolvimento econômico para a cidade.[4] A partir de 2009, a Prefeitura do Rio de Janeiro decidiu institucionalizá-lo e, como parte da organização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, adaptá-lo às normas internacionais dos megaeventos (Machado, 2017).

Por meio de vários decretos, o poder público passou a exigir que os blocos solicitem autorização para desfilar e respeitem uma série de regras (referentes a segurança, horários de início e término e percursos predeterminados, por exemplo), se colocando assim, a definir e controlar a festa. Além disso, para produzir e gerenciar o evento, a Prefeitura do Rio de Janeiro estabeleceu parcerias com o setor privado. As empresas responsáveis pela produção detêm os direitos de publicidade, bem como o monopólio da venda e comercialização de seus produtos nas ruas.

---

3. Na verdade, o Carnaval de rua popular, principalmente negro, nunca deixou de existir no centro e na região suburbana do Rio, mas passou progressivamente por um processo de apagamento histórico (cf. PIMENTEL, J. *Blocos*: uma história informal do Carnaval de rua. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002). Borges (2026) mostra como a ideia desse "declínio" do Carnaval de rua surgiu do desconforto das elites com a presença massiva de grupos populares nas ruas da cidade e com a dificuldade de controlá-los. A construção do Sambódromo, em 1984, teve um papel central na racionalização dessa cultura popular carnavalesca (cf. VIANNA, H. *O mistério do samba.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1995).

4. Segundo a RioTur, a participação do Carnaval do Rio na economia cresce ano após ano (com exceção de 2021, por conta da pandemia). Em 2025, o evento movimentou cerca de R$ 5,7 bilhões, e o número de pessoas no estado do Rio foi estimado em mais de 8 milhões, incluindo 300 mil turistas estrangeiros.

Desse modo, a criação do chamado Carnaval de rua "oficial" promoveu o enquadramento, a privatização e a comercialização da festa e enfatiza a relação entre a festivização e a (re)valorização dos espaços urbanos.

A partir da análise de três Planos Estratégicos da cidade do Rio (2009-2012, 2013-2016 e 2017-2020), Amico (2021) descreve como o Carnaval de rua, a festa, a cultura e as atividades ditas "criativas"[5] foram consideradas pelo poder público como ferramentas de *marketing* e *branding* urbano. Mais especificamente, no contexto da operação Porto Maravilha, ele demonstra que essas atividades são essenciais na promoção da gentrificação do território.

Desde 2009, um dos principais objetivos da Prefeitura é que a região portuária do Rio se torne um espaço cultural e festivo de referência (Mendes; Wanis; Cretton, 2019; Sézérat, 2020) (Figura 1). Além de construir museus, o governo municipal elaborou uma política cultural urbana e se associou com "empreendedores criativos" para desenvolver o Distrito Criativo do Porto. Em seu lançamento, em 2015, o projeto incluía cerca de 50 empresas (como Coletivo do Porto, Goma, Galpão Aplauso, Galpão Gamboa, Ação da Cidadania, associação cultural Orestes 28, Armazém da Utopia). Como outros projetos de reabilitação de sítios industriais em grandes cidades globais (como Wynwood Walls, em Miami; Meatpacking District, em Nova York; 22@, em Barcelona; ou LX Factory, em Lisboa), esse polo cultural combina arte urbana, galerias, feiras de artesanato, bares e locais dedicados a eventos e festas, com o objetivo de criar uma centralidade cultural na cidade e atrair uma população jovem, dinâmica e "criativa" (Pattaroni, 2020; Vivant, 2009).

Vários antigos espaços industriais (como fábricas e galpões) ou sobrados foram renovados e passaram a ser ocupados por atividades culturais, festivas ou "criativas".[6] Alguns exemplos são os antigos armazéns do porto, o Complexo Portinho, a Fábrica Bhering, o BCo. Spacemakers, a galeria do Instituto Inclusartiz e, mais recentemente, o centro de inovação Porto Maravalley (Pomar), que abriga a Berro Galeria de Arte.

---

5. Em seu livro *A ascensão da classe criativa*, Florida propõe uma teoria do desenvolvimento das economias pós-industriais baseada na presença nas cidades de uma categoria específica de indivíduos que ele chama de "classe criativa". Segundo Florida (2002), os membros da classe criativa se distinguem dos demais integrantes da população trabalhadora pelo aspecto criativo de sua ocupação profissional, ou seja, sua propensão à inovação. Tais ocupações são encontradas, em particular, no setor terciário ou na economia do conhecimento – novas tecnologias, entretenimento, jornalismo, eventos, cultura e arte, por exemplo (FLORIDA, R. *A ascensão da classe criativa*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2002).

6. Dando continuidade a esse projeto, a Prefeitura do Rio de Janeiro lançou, em 2021, o programa Reviver Centro Cultural, com o objetivo de "revitalizar" o Centro (ou seja, a região ao sul da operação Porto Maravilha) por meio da cultura e da arte, incentivando a transformação de pequenos sobrados em espaços culturais ou festivos, como galerias de arte, livrarias, ateliês e bares. O edital do projeto está disponível em https://www.ccpar.rio/reviver-cultural/ (acesso em 23 ago. 2026).

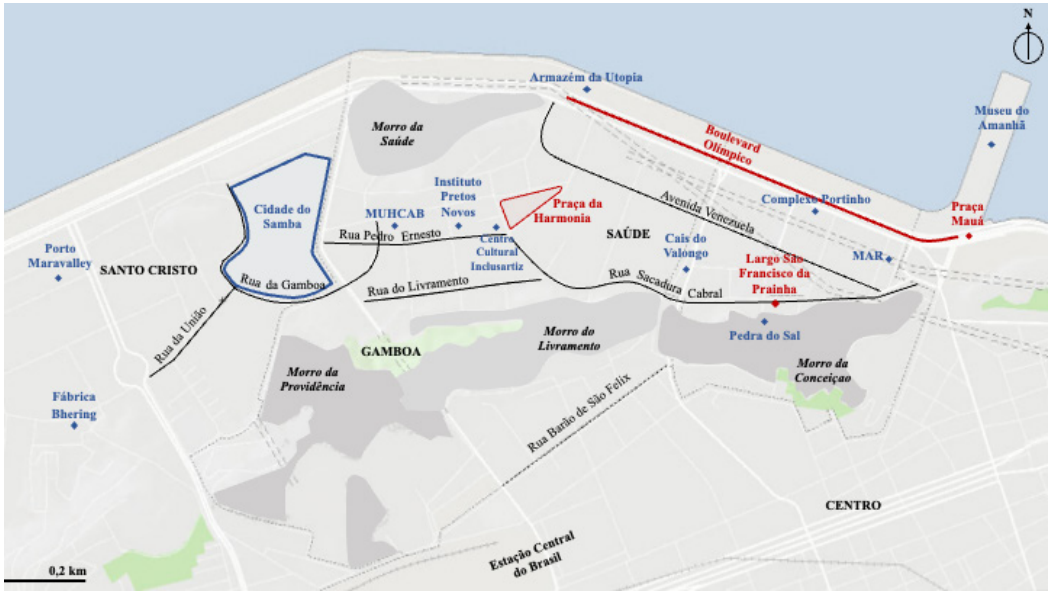

Figura 1. A região portuária do Rio de Janeiro como espaço cultural e festivo
Fonte: elaborado pela autora.

Pelas atividades que oferecem, pelo preço dos produtos que vendem e pelo público que atraem, esses lugares operam de forma independente do seu entorno. Os perfis socioeconômicos das pessoas que os frequentam diferem muito daqueles dos moradores da região portuária. Além disso, a natureza "sem chão" desses diferentes espaços foi particularmente reforçada desde 2014, com a democratização do uso de smartphones e o desenvolvimento de aplicativos de mobilidade no Rio de Janeiro (como Uber, 99 e Táxi Rio). Visitar um lugar (mesmo que regularmente) não implica mais a necessidade de conhecer e praticar o ambiente que o cerca para chegar até ele.

Entre as estratégias de desenvolvimento urbano por meio da cultura, da festa ou da "criatividade", observa-se a criação de praças ou grandes áreas de pedestres propícias à ocupação festiva (Zherdev, 2015), como a Praça Mauá e o Boulevard Olímpico. Em poucos anos, esses espaços, assim como diversos locais ao redor (como a Praça da Harmonia, a Pedra do Sal e o Largo de São Francisco da Prainha), tornaram-se pontos de encontro de referência para sair à noite no Rio de Janeiro e ganharam novo imaginário e novas narrativas.

Acessíveis a todos, esses espaços urbanos são hoje frequentados por um público de origens extremamente diversas, mas, para Amico (2021), um dos fatores que mais contribuiu para a atração de grupos sociais privilegiados (principalmente de classe média, predominantemente brancos e da Zona Sul da cidade) foi o Carnaval de rua. Ou seja, diferentemente de outros espaços culturais fechados na

região portuária, o Carnaval de rua – por ser na rua – contribuiu para romper uma barreira espacial. No entanto, apesar do contexto festivo, as barreiras sociais entre os diferentes grupos persistem durante o Carnaval.

5. O Carnaval de rua: uma festa democrática?

A expansão do Carnaval de rua na Zona Sul no início dos anos 2000 foi acompanhada pelo surgimento de um movimento musical de bandas de sopro que deu origem a muitos blocos. Diante das transformações urbanas em curso na cidade na preparação para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016, parte desse movimento musical se politizou. Autoproclamado "neofanfarrista", esse movimento, composto por músicos profissionais e amadores, foi descrito por Snyder (2022) como um movimento social musical em rede, comparável a outros movimentos antineoliberais de esquerda nacionais ou internacionais.

Esse movimento se fortalece durante o período do Carnaval, politizando o Carnaval de rua e, ao longo do ano, carnavalizando a política. É comparável a uma prática musical autônoma no espaço público, capaz de escolher suas próprias regras de forma independente e desdobrá-las no tempo e no espaço. Em outras palavras, o neofanfarrismo cria territórios autônomos desafiando a ordem da cidade e, mais amplamente, todos os dispositivos que condicionam o acesso ao espaço e a possibilidade de sua apropriação, ou, nos termos de Lefebvre, cria espaços onde o direito à cidade pode ser exercido (Lefebvre, 2009).

A partir de um trabalho de campo imersivo, Snyder (2022) enfatizou dois pontos. Em primeiro lugar, ressaltou que o neofanfarrismo não é um movimento cujos participantes tenham plena consciência de pertencimento ou demonstrem uma adesão explícita às mesmas ideologias ou compromissos. Em segundo lugar, os participantes se consideram, em sua maioria, parte da "classe média alternativa" do Rio de Janeiro, ou seja, são predominantemente brancos, moram nos bairros privilegiados da cidade e buscam descentralizar sua posição hegemônica. Embora eles sejam, na maior parte, pessoas privilegiadas, sentem-se "alternativos" em comparação com seus pares que votam à direita, são politicamente "alienados" ou simplesmente não se preocupam em atuar por uma sociedade mais justa, igualitária ou democrática. No entanto, considero que essa alternatividade é limitada do ponto de vista espacial, na medida em que a possibilidade do movimento neofanfarrista de criar territórios autônomos está justamente ligada à sua posição hegemônica na sociedade brasileira. Na esteira de trabalhos que enfatizam a necessidade de analisar as interseccionalidades que operam no Carnaval de rua no Rio (Borges, 2022; Frydberg; Ferreira; Dias, 2020), considero importante examinar os mecanismos que contribuem para desenvolver ou manter a exclusão ou a desvalorização

de determinados territórios. Com efeito, as lutas pelo direito à cidade passam pela expressão de uma cidadania que pode ser condicionada pelo território. Assim, o espaço de disputa política do Carnaval de rua se constrói tanto pela capacidade dos indivíduos de ocupar um território quanto pelo reconhecimento dos grupos sociais de todos os territórios (Fraser, 2011).

Desde 2009, os blocos do movimento neofanfarrista se opõem (explicitamente ou não) às regulamentações impostas pela Prefeitura do Rio de Janeiro e ao desejo de formalizar o Carnaval de rua. Eles querem seguir ocupando livremente a rua e, para isso, buscam espaços onde possam continuar a "fazer o que quiserem". Mostrei como, após a inauguração do Boulevard Olímpico, em 2016, a região portuária se tornou um dos destinos desses blocos, que buscam escapar dos "espaços controlados" (Sézérat, 2019) (Figura 2). Em primeiro lugar, a escolha se dá devido à localização central da região, que pode ser facilmente acessada a pé, de carro ou por transporte público saindo da Zona Sul. Em segundo lugar, porque a operação urbana Porto Maravilha promoveu o surgimento de grandes espaços para pedestres, e o atraso no desenvolvimento imobiliário deixou grandes vazios urbanos. Ademais, os blocos sabem implicitamente que podem ocupar a região portuária sem autorização oficial. Apesar do desejo de serem "alternativos", eles usam seu "privilégio branco" para ocupar sem autorização um espaço onde ocorre um processo de gentrificação do território. Em outras palavras, existe uma autorização implícita para deixar esses blocos "fazer o que quiserem" na região portuária durante o Carnaval, pois sua presença contribui para transformar a imagem e os usos do território, em consonância com os objetivos da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Assim, paradoxalmente, as razões que impulsionam os blocos do movimento neofanfarrista a ocupar a região portuária são as mesmas contra as quais eles estão lutando. Ao quererem se opor ao controle e à comercialização de suas práticas carnavalescas, eles acabam participando do processo de gentrificação da região.

Ao longo dos anos, essa dinâmica de "invasão" não desapareceu, pelo contrário. A partir de uma pesquisa quantitativa de campo realizada durante o Carnaval de 2020,[7] Amico (2021) mostra como o Carnaval de rua tem contribuído para que cada vez mais foliões, moradores da Zona Sul ou turistas, passem (pela primeira vez, principalmente entre 2016 e 2020) a frequentar e ocupar a região portuária para festejar. No entanto, as diferenças entre os blocos do movimento neofanfarrista e outros que desfilam nas ruas, oficialmente ou não, nem sempre são claras.

7. O questionário perguntava sobre os seguintes critérios: renda, endereço, meio de transporte utilizado para chegar à área portuária, cor da pele, nível de escolaridade, profissão, motivo da escolha de um bloco na região, desde quando frequenta o local e por que foi para a área portuária.

Figura 2. Bloco 442 chegando no Boulevard Olímpico no Carnaval de 2023
Fonte: foto da autora.

Por um lado, a primeira geração de músicos que participou do nascimento do neofanfarrismo envelheceu e deu lugar a novas gerações, muito mais numerosas. Essas novas gerações não vivenciaram o Carnaval de rua como uma prática de oposição ao poder dominante ou nem mesmo o conheceram antes de sua "oficialização". Para elas, participar do Carnaval de rua não é, portanto, geralmente associado a uma prática ativista. Além disso, tocar em um bloco se tornou uma oportunidade de trabalho para muitos músicos, já que a estética (sonora e visual) e a atmosfera do Carnaval de rua são agora um produto comercializado o ano todo. Por outro lado, o movimento neofanfarrista parece ter sido superado pela dinâmica comunicacional contemporânea de compartilhamento de imagens e vídeos, na qual a injunção de felicidade e beleza é essencial. Marcas (de produtos como roupas, joias, instrumentos e cerveja) aproveitam o momento de euforia coletiva carnavalesca para patrocinar músicos ou grupos, cuja cobertura midiática contribui para a construção de um universo consumista em torno do Carnaval de rua.

Consequentemente, os imaginários tradicionalmente mobilizados durante o Carnaval de rua (por meio de ações coletivas, repertórios musicais e disfarces) estão cada vez menos voltados para a exploração de formas festivas que gerem abalo político ou que rompam com a ordem estabelecida. A mercantilização do Carnaval de rua reflete como sua "oficialização" tem operado como um processo de absorção ou mesmo erosão de seu poder crítico (Pattaroni, 2020, p. 15). Além disso, quando blocos (oficiais ou não) cujos participantes são majoritariamente brancos, de classe média e moradores da Zona Sul – chamados de "blocos de fora" – ocupam a região portuária, suas ações geralmente não estão vinculadas a uma dinâmica de protesto, mas simplesmente a um oportunismo. Eles não questionam as relações de poder que exercem por meio de sua presença, dando a ilusão de que a festa poderia ajudar a apagar ou amenizar os conflitos na cidade (Waterman, 1998).

Essa dinâmica de oportunismo é reforçada pelo fato de que nem todos os moradores da cidade têm fácil acesso à região portuária. Em 2025, o Movimento Tarifa Zero lançou o manifesto "Folia sem catracas" (Movimento Tarifa Zero, 2025) para denunciar as desigualdades de acesso ao Carnaval de rua e exigir a gratuidade do transporte público durante o período do Carnaval (Figura 3). Os principais argumentos do manifesto são: o alto custo das passagens (de ônibus, metrô, bonde e trem suburbano), a falta de integração entre as diferentes rotas e a concentração de eventos relacionados ao Carnaval de rua na Zona Sul e na região central da cidade. Portanto, para todos os moradores que vivem nos bairros populares e pobres das Zonas Oeste ou Norte, que constituem a maioria dos habitantes do Rio de Janeiro, o acesso ao Carnaval de rua por transporte público é caro e pode envolver uma logística de viagem complexa (duração e horários, principalmente).

Para um Carnaval de rua verdadeiramente democrático e acessível a todos os moradores da cidade, o Movimento Tarifa Zero reivindica a gratuidade do transporte durante as festividades como meio fundamental de combater os mecanismos de periferização. As desigualdades espaciais e sociais no acesso à festa – mesmo na rua – explicam, em parte, como o Carnaval de rua da Zona Sul influencia a gentrificação da região portuária. Os blocos que "invadem" a região durante o Carnaval são, na maioria das vezes, "blocos privilegiados", no sentido de que seus integrantes "já têm acesso à cidade o ano todo" e de que sua presença no local reflete como a festa na rua pode reproduzir formas de exclusão e até mesmo de desapropriação.

Figura 3. Postagens na conta do Instagram do Movimento Tarifa Zero, 28 fev. 2025.
Fonte: Movimento Tarifa Zero.

6. A inscrição espacial do Carnaval de rua na região portuária: entre desapropriações e contestações

Como a grande maioria das regiões portuárias do mundo, os bairros ao redor do antigo porto do Rio de Janeiro foram moldados ao longo dos séculos por uma intensa atividade comercial e, posteriormente, industrial. No entanto, o que diferencia e torna esse porto único é que ele constitui o mais importante vestígio material da diáspora africana nas Américas. Entre 1811 e 1831, quase um milhão de africanos escravizados desembarcaram na região portuária do Rio. O Cais do Valongo, onde os navios atracavam na época,[8] é o local que recebeu o maior número de escravizados do continente africano. Localizado hoje no coração da região portuária, o sítio do Cais do Valongo foi nomeado Patrimônio Mundial pela Unesco em 2017 e, graças a esse prestigioso título, ganhou notoriedade internacional.

Nesse contexto, a patrimonialização, da mesma forma que a cultura e a festa, tornou-se uma ferramenta de desenvolvimento urbano. Além da rotulagem do Cais do Valongo e do desenvolvimento do sítio, consolidou-se o imaginário em torno da região portuária como um "território afrodescendente" (Vassallo; Cicalo, 2015). Para Souty (2020), a transmissão dessa "paisagem local de memória" não envolve apenas a criação de um circuito histórico e arqueológico de celebração da herança africana, mas também a ocupação do território por meio de práticas artísticas, festivas, rituais ou folclóricas vinculadas ao universo da cultura afro-brasileira.

8. O Cais do Valongo foi aterrado duas vezes (em 1848 e em 1911) e redescoberto durante as obras da operação Porto Maravilha.

Por conseguinte, entendo que todas as ocupações e apropriações coletivas dos espaços da região portuária se inscrevem nessa paisagem memorial, o que leva a considerar as origens sociais e raciais dos corpos ocupantes. Dessa forma, a promoção do Carnaval de rua nessa área pode ser lida à luz de uma estratégia de gentrificação do território, mas também das relações de colonialidade que persistem em nossa era pós-escravista e pós-colonial.

Durante o Carnaval de 2025, uma foto de foliões se refrescando nas piscinas ao redor do Museu do Amanhã foi publicada na conta do Instagram da Zona Portuária Alerta, uma conta de notícias comunitárias da região portuária do Rio (Figura 4). A partir da foto, o autor perguntou qual teria sido a reação do poder público se as pessoas pulando e se divertindo alegremente nas piscinas fossem crianças pretas dos bairros e favelas da região. Em outras palavras, ele buscou chamar a atenção para a ligação entre o perfil (cor da pele e classe social) das pessoas retratadas e a tolerância da polícia para essas pessoas poderem ocupar ilegalmente essas piscinas.

Figura 4. Foliões nas piscinas ao redor do Museu do Amanhã, 16 mar. 2025.
Fonte: Zona Portuária Alerta.

O comentário na foto denuncia a violência simbólica da cena (Bourdieu, 1987), relembrando o fenômeno dos rolezinhos (ocorridos entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014), cuja repressão refletia o mito da "democracia racial" no Brasil. Assim como esses encontros de jovens da periferia em shoppings, a ocupação das piscinas do museu por jovens da região portuária provavelmente teria sido reprimida. Considerando as contradições de uma festa emoldurada por regras, DaMatta (1986) descreve como o Carnaval de rua não escapa à reprodução da ordem social e racial no espaço urbano e às discriminações a ele associadas. Em outras palavras, o "Carnaval legal" perpetua uma "cidadania hierárquica":

> Dividida entre cidadãos de primeira (que não obedecem a nenhuma lei, seja porque as fazem, seja porque são encarregados de aplicá-las), cidadãos de segunda (aqueles que ficam na sombra social e política dos primeiros) e, finalmente, somos obrigados a simplificar, os comuns, o "povo", a "massa": esses que são obrigados a seguir todas as leis. [...] O que estou querendo chamar a atenção é para a questão das leis e do "universo do legal" como modo de discriminação social. [...] O problema não está bem na ausência ou presença de leis, mas – isso sim – nos grupos e pessoas que comandam, controlam, inventam e decidem pela sua aplicação. (DaMatta, 1986, p. 75-76)

Assim, se o Carnaval é o momento do "disfarce da verdadeira posição social" (DaMatta, 1986, p. 85), a gestão do Carnaval de rua pelo poder público na região portuária do Rio reproduz desigualdades de acesso e de ocupação dos espaços urbanos em benefício de um grupo social dominante, ou seja, uma organização segregativa e discriminatória (Lefebvre, 2009, p. 163). Em outras palavras, durante o Carnaval, nem todos podem festejar em todos os lugares da mesma forma.

Considerando esses conflitos em torno da apropriação do território e de suas marcas simbólicas, diferentes blocos afro optam por desfilar especificamente na região portuária (Figura 5). Suas ações carnavalescas são políticas e têm por objetivo a retomada do território e a luta contra o branqueamento do Carnaval de rua na região (Sézérat, 2026b). Esses blocos buscam defender não só uma prática festiva, como também um espaço de afirmação da cultura afrodescendente (Gonzalez, 2024), além de promover um enfrentamento das lógicas racistas associadas à operação Porto Maravilha. Mais especificamente, para Sánchez et al. (2025, p. 476), o branqueamento do território se manifesta por meio de um processo de patrimonialização material (arquitetônica, urbanística) e imaterial (práticas culturais vinculadas à memória histórica), que valoriza "a presença negra do passado, em detrimento da presença negra do presente".

Figura 5. Bloco Afoxé Filhos de Gandhi no Carnaval 2025
Fonte: foto da autora.

No momento em que a Prefeitura do Rio de Janeiro quer oficialmente criar o museu a céu aberto da Pequena África,[9] não seria surpreendente que os blocos afros também fossem mobilizados como signos identitários. O Carnaval de rua afro "tradicional" passaria a ser uma atração turística "autêntica", criando uma forma de despossessão cultural. Tal fenômeno já existe nos bairros portuários de Nova Orleans (como Tremé) (Hosbey, 2018) ou no bairro de Notting Hill, em Londres (Ferdinand; Williams, 2018). A "domesticação" da cena do jazz e do Carnaval contribuiu não apenas para gentrificar os bairros e despolitizar as práticas culturais e festivas das comunidades afrodescendentes, mas também para remover as populações que contribuem diretamente para a memória e a identidade cultural desses bairros.

9. O Concurso BNDES Pequena África foi lançado no início de 2025 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com apoio do Consórcio Valongo Patrimônio Vivo (disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/cultura-e-economia-criativa/iniciativa-valongo/concurso-bndes-pequena-africa – acesso em: 23 ago. 2026).

Conclusão

As dinâmicas carnavalescas analisadas neste artigo funcionam como chaves de leitura para compreender como o Carnaval de rua pode ser instrumentalizado para distinguir simbolicamente um território e, de forma geral, gentrificá-lo. O Carnaval de rua constitui um espaço de sociabilidade pública que pode, ao mesmo tempo, promover formas de inclusão e engendrar dinâmicas de exclusão, dependendo das intenções e representações que orientam a produção do espaço que ocupa.

Na região portuária do Rio de Janeiro, o crescimento "não controlado", mas não menos estratégico, do Carnaval de rua contribui para a transformação do território em uma nova centralidade festiva voltada para grupos sociais privilegiados. Essa dinâmica atende aos objetivos da operação urbana Porto Maravilha ao marcar simbolicamente o território e mudar o perfil dos frequentadores. Pode ser associada a uma "gentrificação periférica" (Novaes, 2017), que cria conflitos em torno do acesso e da apropriação do espaço e coloca em disputa grupos, corpos, identidades e imaginários.

Assim, embora seja considerado um momento de libertação e subversão, podendo ser um vetor de resistência ou até mesmo ser comparado a um processo utópico capaz de propor outra realidade, o Carnaval de rua no Rio de Janeiro não escapa às lógicas de segregação urbana estrutural das cidades brasileiras (Whitaker, 2022). Nem todos os espaços da cidade são ocupados da mesma forma, tampouco todos os grupos sociais conseguem ocupá-los da mesma maneira.

Referências

ALBINATI, M. L. Cultura e planejamento urbano na Zona Portuária carioca. Uma articulação utilitária. *e-metropolis*, n. 29, p. 23-31, jun. 2017.

AMICO, A. S. de. *Reestruturação urbana e gentrificação na zona portuária do Rio de Janeiro*: a utilização do Carnaval de rua como um fator de legitimação, os impactos na folia e as suas formas de resistências. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único*. Desmandando consensos. 3. ed. Petropolis: Editora Vozes, 2000.

BERRY-CHIKHAOUI, I.; DEBOULET, A.; ROULLEAU-BERGER, L. Internationalisation, dynamiques économiques et urbaines et positions des citadins. *In*: BERRY-CHIKHAOUI, I.; DEBOULET, A.; ROULLEAU-BERGER, L. (Orgs.). *Villes internationales*. Entre tensions et réactions des habitants. Paris: La Découverte, 2007. p. 7-28.

BORGES, T. de S. A revitalização do Carnaval carioca: um contexto de disputas políticas e étnico-raciais. *Debates – Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Música*, v. 26, n. 1, p. 33-46, 2022.

_____. A dialética da patroa e da empregada e o embranquecimento do Carnaval de rua carioca. *Papo Reto*, n. 1, p. 55-86, 2026.

BOURDIEU, Pierre. *Choses dites*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1987.

_____. L'objectivation participante. *Actes de la Recherche en Sciences Sociale*, v. 5, n. 150, p. 43-58, 2003.

BRENNER, N.; MARCUSE, P.; MAYER, M. Cities for People, Not for Profit. *City*, v. 13, n. 2-3, p. 176-184, 2009.

CAVALCANTI, M. L. *Carnaval, ritual e arte*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.

COLLINS, P. H. *Bem mais que ideias*: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022.

DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

_____. *Explorações*. Ensaios de sociologia interpretativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DI MÉO, G. Le sens géographique des fêtes. *Annales de Géographie*, v. 110, n. 622, p. 624-646, 2001.

FERDINAND, N.; WILLIAMS, N. L. The Making of the London Notting Hill Carnival Festivalscape: Politics and Power and the Notting Hill Carnival. *Tourism Management Perspectives*, n. 27, p. 33-46, 2018.

FERREIRA, F. *O livro de ouro do Carnaval brasileiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

_____. Rio de Janeiro, 1850-1930: a cidade e o seu carnaval. *Revista Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 9-10, p. 7-34, 2013.

FRASER, N. *Qu'est-ce que la justice sociale ?* Reconnaissance et redistribution. Paris: La Découverte, 2011.

FRYDBERG, M.; FERREIRA, A. C.; DIAS, E. Ocupamos as ruas com estandartes, confetes e serpentinas mostrando que o Rio é nosso: o Carnaval dos blocos de rua como espaço de luta política pelo direito à cidade. *Ponto Urbe*, n. 27, p. 1-12, 2020.

GALIZA, H. R. dos S. *Reabilitação de áreas centrais sem gentrificação*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2015.

GIANNELLA, L. de C.; MIAN, M. L. A. Neoliberalismo e financeirização do espaço urbano no Brasil: agentes e escalas da Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro. *In*: BROUDEHOUX, A.-M.; MENDES, M. F. (Orgs.). *10 anos de Porto Maravilha*: do projeto de renovação à construção de um novo espaço de exclusão. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. p. 33-58.

GONZALEZ, L. *Festas populares no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2024.

GRAVARI-BARBAS, M. La “ville festive” ou construire la ville contemporaine par l’événement. *Bulletin de l’Association de Géographes Français*, v. 86e année, n. 3, p. 279-290, set. 2009.

_____. Novas festas, novos lugares, novas espacialidades. Rumo a uma geografia dos eventos festivos em Paris. *Cidades*, v. 8, n. 13, p. 183-206, jun. 2011.

HARVEY, D. From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, v. 71, n. 1, p. 3-17, 1989.

HERSCHMANN, M.; FERNANDES, C. S. *Música nas ruas do Rio de Janeiro*. São Paulo: INTERCoM, 2014.

HOSBEY, J. Refusing Unliveable Destinies: Toward a Future for Black Life in New Orleans. *Fire!!!*, v. 5, n. 1, p. 35-47, 2018.

KOROSEC-SERFATY, P. La sociabilité publique et ses territoires – places et espaces publics urbains. *Architecture & Comportement / Architecture & Behaviour*, v. 4, n. 2, p. 111-132, 1988.

LEFEBVRE, H. *Le droit à la ville*. 3. ed. Paris: Economica, 2009.

LÓPEZ-MORALES, E. State-Led Gentrification. *In*: ORUM, A. M. (Ed.). *The Wiley Blackwell Encyclopedia of Urban and Regional Studies*. London: Wiley Blackwell, 2019.

MACHADO, F. A. S. *Ei você aí, me dá um dinheiro aí?* Conflitos, disputas e resistências na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

MENDES, M. F.; WANIS, A.; CRETTON, M. Renovação urbano-cultural e consumo do espaço no Porto Maravilha: um caso de gentrificação? *In*: BROUDEHOUX, A.-M.; MENDES, M. F. (Orgs.). *10 anos de Porto Maravilha*: do projeto de renovação à construção de um novo espaço de exclusão. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019. p. 59-80.

MOVIMENTO TARIFA ZERO. Folia sem catracas. 2025. Disponível em: https://www.change.org/p/folia-sem-catracas. Acesso em: 23 ago. 2026.

NOVAES, P. R. *A gentrificaçao periférica na cidade do Rio de Janeiro*: um estudo sobre as favelas Babilônia, Chapéu Mangueira, Vidigal e Santa Marta. 2017. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PATTARONI, L. (Org.). *La contre-culture domestiquée*. Genève: MētisPresses, 2020.

QUEIROZ, M. I. P. de. *Carnaval brasileiro*: o vivido e o mito. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RIBEIRO, T. F. *Afinal, o que é a gentrificação?* Uma análise conceitual e de suas possibilidades de verificação no cenário urbano brasileiro. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SÁNCHEZ, F. et al. Apagamento e re-existência: disputas de memória e disputas de lugar na “Pequena África” – RJ. *In*: XXI ENANPUR – IDEAIS, POLÍTICAS E PRÁTICAS EM TERRITORIALIDADES DO SUL GLOBAL. Sessão Temática 9: cidade, história e cultura em disputa. *Anais* [...]. Curitiba: Anpur, 19 maio 2025.

SANTOS, R. E. dos et al. Disputas de lugar e a Pequena África no centro do Rio de Janeiro: reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? *In*: SEMINÁRIO INDISCIPLINAR UFMG. *Anais* [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

SAPIA, J.; ESTEVÃO, A. Considerações a respeito da retomada carnavalesca: o Carnaval de rua no Rio de Janeiro. *Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares*, v. 9, n. 1, p. 20, 2012.

SCOTT, J. C. *La domination et les arts de la résistance*. Fragments du discours subalterne. Paris: Amsterdam, 2009.

SÉZÉRAT, L. Unofficial Street Carnival Blocos and Reinventing Citizenship in Rio de Janeiro. *In*: GAROFALO, R.; ALLEN, E.; SNYDER, A. (Orgs.). *HONK!* Mapping a Street Band Renaissance. London: Routledge, 2019. p. 28-40.

_____. Contestar apesar de si, em si e para si: o habitar frente à "revitalização" dos bairros centro-portuários. Rio de Janeiro e Marselha. 2020. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Université Paris 8 (cotutela), Rio de Janeiro, 2020.

_____. A Pequena África no Rio de Janeiro, entre "direito à memória" e "direito à cidade": por uma patrimonialização através de uma "cultura em ações". *Amerika*, 2026 [2026a]. No prelo.

_____. A patrimonialização "por baixo": a memória em ação do bloco de Carnaval Malungüetú na região portuária do Rio de Janeiro. *In*: FACINA, A.; CAPANEMA, S. (Orgs.). *Inventário da produção cultural em territórios subalternizados*: formas de sobrevivência, de resistência e de esperança nos territórios de Plaine Commune e na Zona Norte do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Morula, 2026 [2026b]. No prelo.

SIMMEL, G. *Questões fundamentais da sociologia*: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SMITH, N. La gentrification généralisée : d'une anomalie locale à la "régénération" urbaine comme stratégie urbaine globale. *In*: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (Org.). *Retours en ville*. Paris: Descartes & Cie, 2003. p. 45-72.

SNYDER, A. *Critical Brass*: Street Carnival and Musical Activism in Olympic Rio de Janeiro. Middletown: Wesleyan University Press, 2022.

SOIHET, R. *A subversão pelo riso*: estudos sobre o Carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998.

SOULÉ, B. Observation participante ou participation observante ? Usages et justifications de la notion de participation observante en sciences sociales. *Recherches Qualitatives*, n. 27, p. 127-140, 2007.

SOUTY, J. La gestion du passé de l'esclavage depuis le vieux port de Rio de Janeiro (2010-2019). Politiques publiques, réappropriations locales, paysage de mémoire. Ethnologie Française, v. 50, n. 1, p. 91-108, 2020.

SOUZA, A. F. de. Sociabilidade pública: interação social e espaços públicos. *Geousp*, v. 26, n. 1, 2022.

TURNER, V. *Le phénomène rituel, structure et contre-structure*. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

VAINER, C. Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. *In*: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. *Anais*... Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: https://www.observatorioculturaecidade.ufscar.br/pt-br/assets/arquivos/cidade_de_excecao_reflexoes_a_partir_do_rio_de_janeiro.pdf. Acesso em: 23 ago. 2026.

VASSALLO, S. P.; CICALO, A. Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, n. 43, p. 239-271, jun. 2015.

VIVANT, E. Qu'est-ce que la ville créative ? Paris: Presses Universitaires de France, 2009.

WATERMAN, S. Carnivals for Elites? The Cultural Politics of Arts Festivals. *Progress in Human Geography*, v. 22, n. 1, p. 54-74, mar. 1998.

WERNECK, M. da G. e S.; NOVAES, P. R.; SANTOS JUNIOR, O. A estagnação imobiliária e a crise do Porto Maravilha. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 28 fev. 2018.

WHITAKER, J. S. A forma urbana patrimonialista: limites da ação estatal na produção do espaço urbano no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais*, v. 24, n. 1, p. 1-24, 2022.

XIMENES, L. A.; SANT'ANNA, M. J. G. A luta pela moradia popular na zona portuária do Rio de Janeiro: ocupações, remoções, permanências e novos arranjos pós-megaeventos esportivos. *Interseções*, v. 20, n. 2, p. 473-496, 2018.

ZHERDEV, N. Festivalization as a Creative City Strategy (Doctoral Working Paper Series; DWP14-002). *IN3 Working Paper Series*, 2015.

ZUKIN, S. *Landscapes of Power*. From Detroit to Disney World. Berkeley: University of California Press, 1991.

_____. *The Cultures of Cities*. London/Cambridge: Blackwell, 1995.

Laurine Sézérat

Doutora em urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela Universidade Paris 8 (cotutela), é atualmente pós-doutoranda no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS-UFRJ). Desenvolve projetos de pesquisa entre Brasil e França desde 2014. Seu trabalho se estrutura em torno de três campos interdependentes, considerados no contexto da cidade neoliberal: as contestações da renovação urbana (mobilizações cidadãs, informalidade política), as práticas festivas e culturais no espaço público (artivismo, Carnaval) e o habitar (espaço vivido, cotidiano, memória).

Email: sezerat.laurine@gmail.com
ORCID: 0000-0002-1554-7725

Informações sobre o uso de Inteligência Artificial

a) Busca, sistematização e organização final de referências: Não.
b) Organização de bancos de dados e respectiva elaboração de quadros, tabelas e gráficos: Não.
c) Revisão final do texto para aprimoramento de gramática e ortografia, para atender a norma culta: Não.

Dados Abertos

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Submissão: 19 de novembro de 2025.

Aprovação: 5 de julho de 2026.

Editores: Maria do Livramento Miranda Clementino, Rodrigo José Firmino e Márcio Moraes Valença.

Como citar: SÉZÉRAT, L. Carnaval de rua na região portuária do Rio de Janeiro: quem pode "virar o mundo" e onde? Uma abordagem crítica do fenômeno festivo no contexto da cidade neoliberal. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. V. 28, E202629pt, 2026. https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202629pt.

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons CC BY 4.0.
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR